

**CONTRATO CEDAE N.º 123/2018 (DE)**  
que entre si celebram a **COMPANHIA**  
**ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**(CEDAE)** e a **TELEMAR NORTE LESTE**  
**S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL-.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, e de seu Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU, doravante denominada **CEDAE**, e a **TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL-**, sediada na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.000.118/0001-79, neste ato por meio de seus procuradores, Sra. PATRICIA BILLE DROLHE DA COSTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 010.776.757-04, e Sra. JULIANA GERMELLO DE MARCA PRESTON KRUG, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 028.330.416-24, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.568/2018**, mediante **Inexigibilidade de Licitação nº 005/2018 (DE)**, com fundamento no art. 30, caput, da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a **"MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE TELEMETRIA SOBRE PAR METÁLICO ENTRE ESTAÇÕES REMOTAS DA CEDAE E SEUS RESPECTIVOS CENTROS DE CONTROLES OPERACIONAIS"**, conforme aprovação emitida pelo Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. Marco Antônio Feijó Abreu, autuada às fls. 422 do Processo Administrativo E-07/100.568/2018.

**Parágrafo Primeiro** - Inserem-se no escopo desta contratação o detalhamento contido no **Termo de Referência** (ANEXO I) e na **proposta** da **CONTRATADA**, esta última autuada às fls. 36 a 39 do Processo Administrativo E-07/100.568/2018, cujos conteúdos obrigam a **CONTRATADA** e passam a compor o presente instrumento embora não transcritos.

**Parágrafo Segundo** – O serviço contratado se caracteriza como solução de comunicação de dados que possibilita a interligação entre pontos fixos, utilizando linhas privativas analógicas ou digitais, com velocidades entre 9.600 e 14.000 bps.

**Parágrafo Terceiro** – O fornecimento de modem nas dependências da **CEDAE**, a supervisão ou gerência dos serviços não se encontram inseridos no escopo desta contratação.



## **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

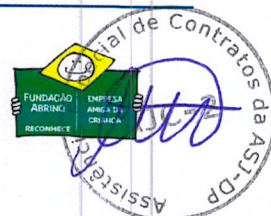
Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas Termo de Referência (Anexo I):

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e



j) Demonstrar, apenas quando possuir empregados alocados a este contrato, em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

**Parágrafo Único** - A **CONTRATADA** se declara ciente e de acordo com o fato de que esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela **CEDAE** tão logo se conclua o procedimento licitatório já iniciado para o mesmo objeto; caso em que será pago somente aquilo que houver sido executado, sem qualquer indenização por perdas e danos.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2018, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110308  
Programa de Trabalho: 2200028021  
Código Orçamentário: 33903958  
Fonte de Recursos: 10  
Reserva Orçamentária: 2018001097

#### CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será prestada em regime de execução por preço unitário, sendo o seu valor total de **R\$ 271.942,20 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)**, conforme tabela abaixo:

Descrição	Quantidade	Valor unitário mensal (com ICMS 2%, PIS 0,65% e COFINS 3%)	Valor mensal	Valor Anual
Assinatura mensal	51	R\$ 444,35	R\$ 22.661,85	R\$ 271.942,20



**Parágrafo Primeiro** – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

**Parágrafo Segundo** – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Quarto** – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Quinto** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

**Parágrafo Sexto** – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sétimo**– Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.



**Parágrafo Oitavo** – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea “j” da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

**Parágrafo Primeiro** – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo** – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a. medição/detalhamento do serviço prestado;
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra “j”, deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

**Parágrafo Quinto** - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em



virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima segunda.

**Parágrafo Sexto** – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

#### CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**Parágrafo Segundo** – A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Terceiro** – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

**Parágrafo Quarto** - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**Parágrafo Quinto** - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

**Parágrafo Sexto** – A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.



**Parágrafo Sétimo** – Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**Parágrafo Oitavo**- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**Parágrafo Nono**– Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

**Parágrafo Décimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

A **CONTRATADA** declara-se ciente e de acordo com o fato de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irrevogáveis** durante todo o contrato.

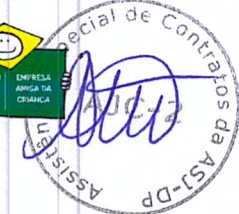
#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;



b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**Parágrafo Segundo** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

**Parágrafo Terceiro** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima primeira, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**Parágrafo Oitavo** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**Parágrafo Nono** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Décimo** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima primeira, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO DO CONTRATO**



A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

**Parágrafo Segundo** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**Parágrafo Quinto** - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**Parágrafo Único** – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**Parágrafo Primeiro** – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**Parágrafo Segundo** – A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da CONTRATADA, conforme art. 196, §2º do RILC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

**Parágrafo Segundo** - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

**Parágrafo Terceiro** - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

**Parágrafo Quarto** – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.



- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

**Parágrafo Quinto**– A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS**

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:



**Parágrafo Primeiro** – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**Parágrafo Segundo** – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**Parágrafo Terceiro** – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**Parágrafo Quarto**– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto**– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**Parágrafo Sexto**- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo**- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013



(conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo-Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo-Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**Parágrafo Décimo-Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

**Parágrafo Décimo-Quarto** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO**

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

**Parágrafo Único** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos ali exigidos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

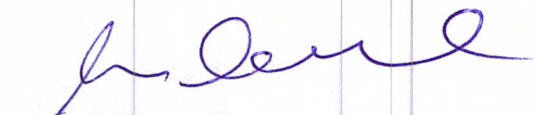
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:

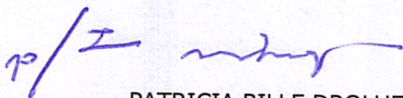


HELIO CABRAL MOREIRA  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações  
com Investidores



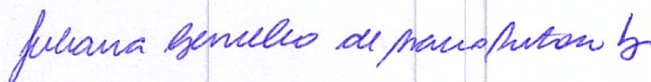
MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU  
Diretor de Projetos Estratégicos e  
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:



PATRICIA BILLE DROLHE DA COSTA

Procuradora  
Jane Maria S. Cruz  
Diretoria de Serviços a  
Clientes Corporativos  
ID 37819



JULIANA GERMELLO DE MARCA PRESTON  
KRUG  
Procuradora

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Ref. Contr-Telemar-Oi-elemetria-IL-005-2018(DE)



## ANEXO I

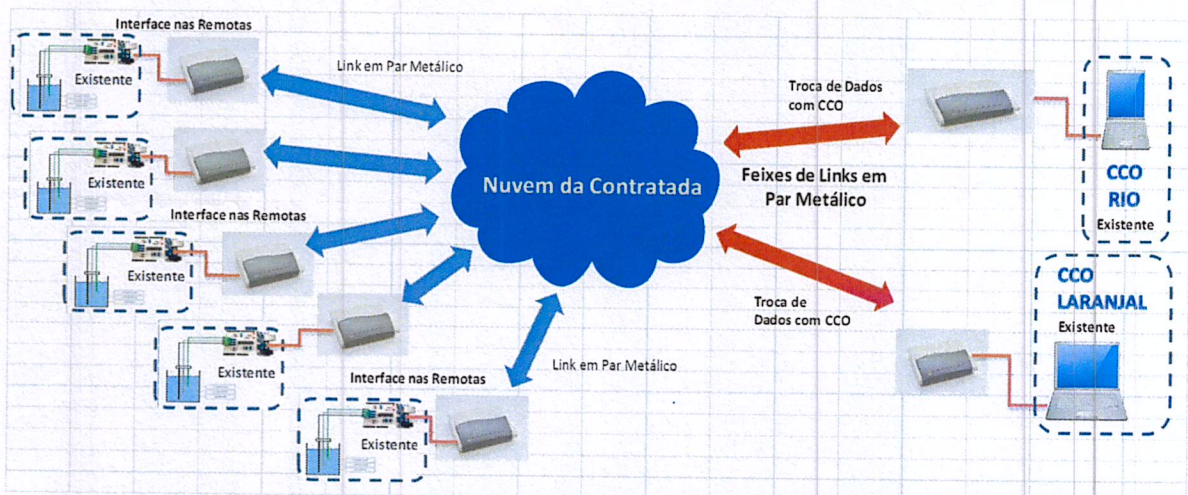
### TERMO DE REFERÊNCIA

#### MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE TELEMETRIA SOBRE PAR METÁLICO, ENTRE ESTAÇÕES REMOTAS DA CEDAE E RESPECTIVOS CENTROS DE CONTROLE OPERACIONAIS.

##### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Manutenção de Serviço, já existente, de Transmissão de Dados de Telemetria, incluindo endereços com sensores e controladores lógicos programáveis da CEDAE, já em operação, através de Serviços Fixos Não abertos à correspondência pública, destinados a prover a comunicação ponto-a-ponto de dados para Telemetria, com velocidade inferior a 64 Kbps, sobre Par Metálico.

##### 1.1. Esquemático da Solução:



##### 1.2. Escopo Resumido da Contratação:

Em relação ao esquemático acima, a Contratada ficará responsável por manter os circuitos de dados em par metálico, de sua rede, com cada um dos endereços remotos da CEDAE e os feixes de circuitos de dados, também em par metálico, de sua rede, com os CCO's RIO (Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro) e Laranjal (Estrada Amaral Peixoto, Km 13,5, Laranjal, São Gonçalo).

##### 2. JUSTIFICATIVA

A CEDAE necessita, como qualquer outra Empresa de Saneamento, possuir o Monitoramento e

Controle Remoto de seus Ativos de Redes de Água e Esgoto, visualizando os mais variados índices, através de Sistemas Supervisórios nas telas dos computadores de seus Centros de Controle Operacionais – CCO's.

Atualmente, a CEDAE já possui este serviço sendo prestado pela Operadora TELEMAR NORTE LESTE S/A, porém através de tecnologia obsoleta de transmissão de dados de telemetria sobre par metálico, em 51 endereços na Região do Grande Rio, objeto do Contrato nº 089/2017.

A dificuldade de modernização do meio de transmissão persiste nos últimos anos, devido à CEDAE não ter conseguido viabilizar a padronização de seus heterogêneos equipamentos remotos, como os diversos Controladores Lógicos Programáveis – PLC's, com Marcas e Modelos diversos, instalados estes em 51 endereços na Região do Grande Rio.

Partindo da premissa de mantermos inalterados os equipamentos remotos, assim como também mantermos inalterados os sistemas supervisórios em operação nos CCO's, nos vemos então com a necessidade de contratação de Empresa que instale equipamentos que estabeleçam uma interface entre ambos os extremos, de modo que se estabeleça a comunicação de forma transparente, ou seja, Solução Completa de Interface sem Alterações na Estrutura existente da CEDAE.

Diversos são os índices objeto de monitoramento, através de sensores e controladores lógicos programáveis, nas Redes de Operação da CEDAE, seguindo abaixo, a atual relação destes:

#### Monitoramento:

- Pressão;
- Vazão;
- Volume;
- Temperatura de equipamentos;
- Vibração de motor;
- Níveis hidráulicos;
- Corrente elétrica;
- Tensão elétrica;
- Potências ativa e reativa;
- Fator de potência;
- Energia Kw/h;
- Posição de válvula;
- Posição de comporta;
- Velocidade de motor;
- Status e alarmes diversos, como ligado/desligado, manual/remoto, válvula em movimento, falha na válvula, painel aberto, invasão local, falha em bomba de dreno, válvula habilitada ou não e falha de comunicação.

#### Telecomando:

- Abrir e fechar válvula;
- Ligar e desligar motor;
- Alteração de velocidade de motor;
- Acionamento de sirene nas elevatórias;
- Parada de emergência em válvulas;
- Parada de emergência em motores;



- Movimentação de comportas.

Atualmente, nos endereços dotados de telemetria sobre par metálico, os dados são transmitidos para os Centros de Controle Operacionais – CCO's, do Grande Rio, na Sede da CEDAE e do Laranjal, na ETA de mesmo nome, sendo estes tratados e visualizados por sistemas SCADA, sendo atualmente usados na CEDAE, o IFix 5.5, Elipse Scada e Elipse E3.

### **2.1. Justificativa para Escolha da Contratada:**

Considerando que a TELEMAR NORTE LESTE S/A continua sendo a única Empresa a prestar este serviço no Estado do Rio de Janeiro, por tratar-se de tecnologia obsoleta, e que, apesar de sabermos disso, ainda assim, remetemos cartas para as Empresas TELEMAR/OI, TELEFÔNICA/VIVO, EMBRATEL/CLARO e INTELIG/TIM, onde solicitamos o envio de propostas comerciais, sendo que as mesmas não responderam até este momento, exceto pela TELEMAR que se pronunciou pelo valor atual dos serviços, reajustado pelo IST do período, de forma que podemos estabelecer a base de valores para este novo processo, para Contratação, por Inexigibilidade de Licitação, da Operadora TELEMAR NORTE LESTE S/A para prestação dos "Serviços fixos não abertos à correspondência pública, destinados a prover comunicação ponto-a-ponto de dados, com velocidade inferior a 64kbps", pelo prazo MÁXIMO de 12 meses;

Perante este cenário, onde a TELEMAR é a única que já possui os circuitos em funcionamento na CEDAE, ainda que sem possibilidade de novas instalações e de alterações de endereços, e onde temos a Licitação para substituição ainda em andamento, sugerimos a TELEMAR como fornecedora, com inclusão, entretanto, de cláusulas para desligamento da totalidade de circuitos e/ou para rescisão contratual, em qualquer tempo dos doze meses do futuro período a ser iniciado, sem qualquer tipo de ônus para a CEDAE, visto que nenhum novo investimento terá de ser realizado pela TELEMAR para manutenção dos serviços aqui em pauta.

### **3. ESCOPO DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

**3.1** - A prestação dos serviços objeto deste Termo deve estar em estrita concordância e obediência às Normas Brasileiras em vigor, às legislações Municipais, Estaduais e Federais, à Lei 13.303/2016, à Lei nº 8.666/93, Normas e Regulamentações da ANATEL e toda legislação pertinente que vier a surgir durante a prestação dos serviços contratados, assim como também durante a vigência do contrato;

**3.2** – Servidores, se necessários para prover a Solução, serão de responsabilidade da Contratada e deverão ser mantidos em dependências sob sua responsabilidade;

**3.3** - A transmissão de dados de telemetria, será de responsabilidade do Fornecedor, fazendo parte do Serviço contratado, sendo a chegada nos endereços da CEDAE, em Par Metálico;

**3.4** – Qualquer que seja o tipo de transmissão, o mesmo não poderá provocar à CEDAE, qualquer custo, ação ou responsabilidade para soluções locais de infraestrutura e/ou de licenciamento junto à ANATEL ou qualquer outro Órgão;

**3.5** - A solução de comunicação deversa ser compatível com sistemas SCADA de mercado, sendo atualmente usado na CEDAE, o IFix 5.5; Elipse Scada e Elipse E3;



**3.6** – Todos e quaisquer equipamentos de telecomunicação que façam parte dos serviços prestados, deverão obrigatoriamente estar homologados pela ANATEL, devidamente habilitados e aptos para funcionamento;

**3.7** - O fornecimento de todos os equipamentos eletrônicos, fios, cabos, terminais ou qualquer outro material que se faça necessário para instalação dos equipamentos de telemetria e transmissão de dados, bem como os seus acessórios, serão de responsabilidade da Contratada;

**3.8** – Em caso de falta de energia elétrica, o Equipamento de Interface será mantido em funcionamento, por infraestrutura de contingência da CEDAE;

**3.9** – Em caso de falta de energia também nesta infraestrutura, o Equipamento então deixará de funcionar, sendo que, ao retornar a energia, o mesmo deverá voltar a funcionar sem perda de suas configurações.

**3.10** - A CONTRATADA deverá MANTER, a contar da data da ordem de início, os equipamentos e circuitos para transmissão de dados de telemetria, em todos os 51 endereços listados neste termo.

#### **4 – Tipo de Contratação e Forma de Execução:**

**4.1** - Trata-se de **Serviço de Natureza Contínua**, porém a ser substituído nos próximos meses, por tecnologia mais moderna, através de procedimento licitatório em andamento.

**4.2** - Trata-se de Serviço **sem mão-de-obra alocada** especificamente para esta demanda.

**4.3** - Trata-se de **Regime por preço unitário**, com faturamento mensal que somará cada circuito, com 30 dias de operação para cada um.

#### **5 – Da Fiscalização e do Controle:**

**5.1** - Os serviços deverão ser mantidos do 1º ao último dia do Contrato de 12 (doze) meses a ser celebrado, podendo ser cancelado circuito e/ou rescindido contrato em qualquer tempo, por interesse da CEDAE, sem qualquer ônus para a Contratada;

**5.2** - A CEDAE reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da CONTRATADA, exercer o acompanhamento, controle e a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais contratados, diretamente ou por prepostos designados, na forma do artigo 67 da Lei 8.666/93 com suas alterações e artigo 6º do Decreto 2.271/97;

**5.3** - Irregularidades na execução dos serviços contratados, independente da fiscalização realizada pela CEDAE são exclusivamente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

#### **6 – Local de Execução dos Serviços:**



Os Circuitos de Transmissão de Dados em Par metálico estabelecerão conexão entre os Centros de Controle Operacionais – CCO's e Pontos Remotos, conforme lista de endereços prevista neste Termo.

### **7 – Condições de Recebimento:**

Ao final do Contrato não restará qualquer entrega final por parte da Contratada e também qualquer devolução de equipamento pela Contratante, visto tratar-se de prestação de serviço que será findada única e exclusivamente com o desligamento dos circuitos em par metálico, na Rede da Operadora, não havendo, por fim, necessidade de prazo de garantia técnica pós-contrato.

### **8 - Forma e Condições de Pagamento:**

**8.1** - Os pagamentos mensais, pelas unidades de monitoramento, serão efetuados conforme estas operarem de forma integral. O quantitativo estimado até o limite máximo de 51 unidades, não constitui, portanto, qualquer compromisso de contratação presente ou futura;

**8.2** - A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de seu vencimento, de modo a viabilizar a sua análise e posteriormente o seu pagamento;

**8.3** - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser mensal e única, acompanhada do respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida tanto em papel quanto em arquivo eletrônico;

**8.4** - Os servidores responsáveis pela fiscalização do Contrato farão o recebimento provisório, verificando a especificação e a qualidade do serviço, conforme previsto na cláusula oitava do contrato;

**8.5** - Em caso de conformidade, darão o atesto final da execução mensal dos serviços, encaminhando a mesma, para fins de pagamento;

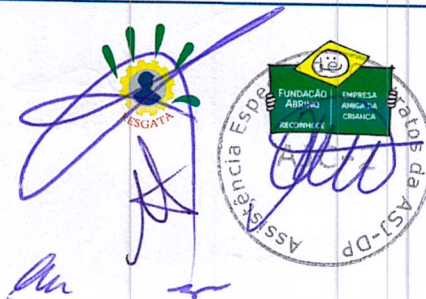
**8.6** - Caso os dados da fatura estejam incorretos, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, dentro do prazo hábil, e esta emitirá nova fatura, com exclusão daquelas incorreções, ficando suspenso o prazo para pagamento;

**8.7** - O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

### **9 – Das Obrigações do Contratante:**

**9.1** - Designar comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e documentar as ocorrências, bem como atestar as notas fiscais/faturas;

**9.2** - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não deve ser interrompida;



**9.3** - Solicitar a realização de testes e/ou de orientações sobre funcionamento das unidades de monitoramento e demais serviços envolvidos na contratação, sempre que necessário;

**9.4** - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário para execução dos serviços;

**9.5** - Disponibilizar os locais e equipamentos, onde os serviços serão prestados, para visita da CONTRATADA, mediante prévia solicitação de agendamento;

**9.6** - Prestar aos funcionários da CONTRATADA, as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

**9.7** - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, quando necessário;

**9.8** - O Contrato poderá ser rescindido em qualquer tempo, sem qualquer ônus para a CEDAE, visto que a mesma está licitando solução sem fio e mais moderna para o mesmo objetivo e também porque nenhum investimento terá de ser realizado pela Contratada.

#### **10 – Das Obrigações da Contratada:**

**10.1** - Equipamentos da Rede da Operadora que apresentarem problemas técnicos deverão ser substituídos, pela Contratada, por equipamentos de reserva técnica a ser mantida pela mesma;

**10.2** - Enviar mensalmente ao Departamento de Telecomunicação da CEDAE, caso seja solicitado, em mídia magnética ou através de FTP – WEB, todo o detalhamento de cobrança, circuito por circuito;

**10.3** - Garantir que, em caso de sua cisão, fusão ou incorporação, será assegurada a continuidade dos serviços do objeto;

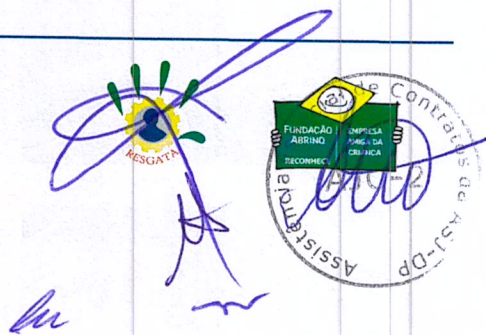
**10.4** - Atender os indicadores de qualidade, exceto em situações decorrentes de casos fortuitos ou força maior, os quais serão analisados conjuntamente pela equipe técnica da CONTRATADA e do Departamento de Telecomunicações da CEDAE. Os parâmetros mínimos são os previstos na legislação vigente, notadamente nas normas da ANATEL;

**10.5** - Franquear, sem restrições, à Contratante, quaisquer informações relacionadas à execução contratual;

**10.6** - Cumprir com as responsabilidades resultantes da Lei 13.303/16 e suas alterações, assim como com as Leis e Resoluções Vigentes da ANATEL;

**10.7** - Fornecer, sempre que solicitado, os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

**10.8** - Declaração de que manterá, durante a execução do Contrato, preposto (consultor técnico) na cidade do Rio de Janeiro/RJ, objetivando prestar esclarecimentos, receber e resolver reclamações,



acordar a respeito, dentre outras atribuições, durante a vigência do Contrato, indicando o nome do preposto que irá representá-la, fornecendo o seu endereço eletrônico e telefone para contato nos casos de urgência, em observância ao disposto no art. 68 da Lei 8.666/93;

**10.9** - Prestar os serviços na forma 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias no ano);

**10.10** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante, atendendo em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas;

**10.11** - Comunicar, imediatamente, ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

**10.12** - Informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis;

**10.13** - Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante na execução dos serviços, em conformidade com os acordos de níveis de serviços determinados pela ANATEL, em situações aqui não definidas;

**10.14** - Acatar as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**10.15** - Garantir sigilo e inviolabilidade das transmissões de dados realizadas, conforme objeto do contrato, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

**10.16** - Repassar ao Contratante, durante o período de vigência do Contrato, todos os preços e vantagens, que por ventura sejam ofertados também a usuários do segmento Governo/RJ, sempre que esses forem mais vantajosos do que aqueles ofertados na proposta da Contratada, no que disser respeito logicamente ao mesmo objeto aqui tratado;

**10.17** - Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da fiscalização do Contrato.

## **11 – Da Execução do Contrato e dos Níveis de Serviço:**

**11.1** – Quaisquer dias inativos de qualquer um dos Circuitos será devidamente descontado do valor total unitário por circuito, que diz respeito à sua operação pelo total de 30 dias mensais, sendo pago efetivamente apenas o serviço prestado;

**11.2** - Caso haja dano ou prejuízo ao imóvel da CEDAE e/ou às instalações da mesma, em decorrência da instalação, operação, manutenção ou desinstalação dos equipamentos, a Contratada ressarcirá à CEDAE o valor total do prejuízo causado;

**11.3** - A Contratada deverá disponibilizar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone fixo para esclarecimento de dúvidas e suporte técnico. Devendo também se manifestar em até 24h sobre e-mail recebido e, em caso de defeito no sistema, qual medida tomará para solucionar o problema;

**11.4** - Para assegurar a disponibilidade do serviço, a Contratada deverá, por solicitação da Contratante, efetuar testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão do Contratante, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de transmissões, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço;

**11.5** - Multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do CONTRATANTE, devidamente justificado;

**11.6** - Nos últimos 90 dias de Contrato, de modo a viabilizar uma transição segura para a CEDAE, para um novo Contrato, com novo Fornecedor e/ou nova Tecnologia, a Contratante poderá desinstalar os Circuitos e colocá-los à disposição da CONTRATADA, cessando então o pagamento de cada ponto desinstalado;

## **12 – Relação dos Endereços dos Pontos para Telemetria:**

Segue adiante a Planilha que aparece às **fls. 77** do processo E-07/100.568/2018, onde consta a relação dos 51 endereços que atualmente demandam a Solução Tecnológica aqui tratada.



## ANEXO II

A handwritten signature in blue ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Asistencia Especial de Contratos de ASJ-DP" around the perimeter. The signature is a stylized, cursive script.

**OBJETO:** O OUTORGANTE/DEVEDOR firma o presente Termo de Ajuste de Contas em face da OUTORGADO/CREDOR visando à liquidação do débito no valor de R\$ 41.704,90 (quarenta e um mil setecentos e quatro reais e noventa centavos) pelos serviços prestados de locação, com manutenção mensal de filtros e tratamento químico, no período de janeiro a outubro de 2018, sem cobertura contratual.

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2061.04.123.0002.2453.

**NATUREZA DAS DESPESAS:** 33.9039.14.

**NOTA DE EMPENHO:** 2018E01016.

**DATA DA ASSINATURA:** 17/12/2018.

**FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993.

**PROCESSO Nº:** E-04/006.355/2011.

\*Omitido no D.O. de 28/12/2018.

Id: 2156020

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL**  
**EXTRATOS DE TERMOS**

**INSTRUMENTO:** Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no Livro: E-09/SUBGEST, fls. 062 e 072. **TERMO nº 12. PARTES:** Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA. **OBJETO:** Imóvel situado na Av. Beira Mar nº 13, Vila Abraão, Ilha Grande/RJ. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de dezembro de 2018. **PROCESSO Nº:** SEI-04/130/00098/2018.

**INSTRUMENTO:** Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no Livro: E-09/SUBGEST, fls. 073 a 078. **TERMO nº 13. PARTES:** Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC. **OBJETO:** Imóvel situado na Rua Jaguaruna, nº 157, Campo Grande/RJ. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de dezembro de 2018. **PROCESSO Nº:** 04/120/113/2017.

Id: 2155844

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**QUARTA CÂMARA****AVISO****DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES POR SORTEIO**

Na Sessão da Quarta Câmara a ser realizada no dia 15 de janeiro de 2019, às 11h30min, serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

Recurso	Processo nº	INTERESSADO
55.402E-04/257917/2012		CELEFRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS TRIRRIENSE LTDA
55.403E-04/257918/2012		CELEFRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS TRIRRIENSE LTDA
67.219E-04/037/000081/2016		CONCRELAGOS CONCRETO LTDA 1ª NAO
67.219E-04/037/000081/2016		CONCRELAGOS CONCRETO LTDA 1ª NAO
67.713E-04/008/001548/2016		CENTRO MEDICO ESPECIALIZADO GUARATIBA LTDA 2 NAO
69.159E-04/005/000172/2016		BELLATRIX NETWORK COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME
70.735E-04/038/000238/2016		MODULO RIO INDUSTRIA DE EMBALAGENS S/A - 2ª NAO
71.179E-04/046/001421/2017		REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS SA 2ª NAO
71.721E-04/044/000251/2017		CRBS S.A
71.723E-04/044/000252/2017		CRBS S.A
71.786E-04/044/000248/2017		AMBEV S.A
71.787E-04/044/000249/2017		AMBEV S.A
72.570E-04/040/000006/2017		SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
72.590E-04/044/000104/2018		CRBS S.A
72.635E-04/044/000028/2018		CRBS S.A
72.697E-04/038/000146/2017		ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA
72.713E-04/037/000739/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.714E-04/037/000058/2018		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.715E-04/037/000740/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.716E-04/037/000237/2018		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.717E-04/037/000241/2018		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.718E-04/037/000750/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.719E-04/037/000752/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

72.722E-04/029/000562/2018	ESQUADRIAS NOVA JALU MADEIRAS E FERRAGENS LTDA ANTIGO E-04/34/3842/15
72.741E-04/046/000503/2018	PAN RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
72.785E-04/809664/1995	CRISAUTO S.A A REPRESENTAÇÕES SAO CRISTOVAO
72.825E-04/031/000738/2017	MAXX PACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO EIRELI
72.833E-04/035/000080/2018	BOTANICA PRESENTES E DECORAÇÕES EIRELI EPP
72.852E-04/033/000936/2016	WAVVER ARTS LOGISTICA DE PRECISAQ LTDA
72.861E-04/005/002276/2015	SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
72.869E-04/034/006018/2017	CABINE RIO COMERCIAL ELETRICA LTDA
72.917E-04/038/000354/2016	PORTALEX DISTRIBUIDORA DE METAIS E ALUMINIO LTDA
72.918E-04/034/005749/2017	FATTO A MANO COMERCIAL LTDA
72.921E-04/044/000254/2017	AMBEV S.A
72.922E-04/044/000253/2017	AMBEV S.A
72.933E-04/038/000220/2016	CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
72.937E-04/046/000277/2018	COL CENTRO OESTE LOGISTICA LTDA
72.946E-04/034/0007804/2016	GSS 2006 COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

Id: 2156637

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda****ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 001/2019. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. e Eximia Rotinas Trabalhistas Ltda. **OBJETO:** Serviços de fornecimento de licença de uso de software, da plataforma do Sistema Humanus. **VALOR:** R\$ 225.329,86. **DATA DA ASSINATURA:** 09/01/2019. **Fundamento:** Proc. nº E-12/168/100087/2018.

Id: 2156777

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA****COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**INSTRUMENTO:** Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 050/14. **PARTES:** CODIN e TERMINAL GARAGEM MENEZES CORTES S/A. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 050/14, por mais 12 (doze) meses contados de 02/01/2019 até 01/01/2020 e a alteração quantitativa do objeto. **VALOR:** R\$ 21.840,00 (vinte e um mil oitocentos e quarenta reais). **DATA DA ASSINATURA:** 28/12/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. **PROCESSO CODIN Nº E-11/003/522/14.**

Id: 2156601

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****EXTRATO DE TERMO**

**INSTRUMENTO:** Termo de Distrato ao Contrato nº 008/2016. **PARTES:** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro - FECOMERCIO. **OBJETO:** Resilição do Contrato nº 008/2016, relativo a prestação contínua das informações cadastrais constantes do Cadastro Estadual de Empresas pela JUCERJA à FECOMERCIO, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2018. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de dezembro de 2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Art. 79, Inciso II, da Lei nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-11/006/234/2016.**

Id: 2155971

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 179/2018 (DF). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-

DAE e a M.A. GARCEZ DA COSTA LTDA - EPP. **OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO". ITEM 01 DO ANEXO I AO EDITAL. **PRazo:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 130.005,00 (cento e trinta mil e cinco reais). **DATA DE ASSINATURA:** 28/12/2018. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-07/100.090/2018 (Pregão Eletrônico nº 352/2018).

Id: 2156866

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 180/2018 (DF). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a PRODIQ INDUSTRIA E COMERCIO DE ADITIVOS LTDA. **OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO". ITEM 02 DO ANEXO I AO EDITAL. **PRazo:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 43.335,00 (quarenta e três mil trezentos e trinta e cinco reais). **DATA DE ASSINATURA:** 28/12/2018. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.090/2018 (Pregão Eletrônico nº 352/2018).

Id: 2156867

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 123/2018 (DE). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **OBJETO:** MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE TELEMETRIA SOBRE PAR METALICO ENTUBAÇÕES REMOTAS DA CEDAE E SEUS RESPECTIVOS CENTROS DE CONTROLES OPERACIONAIS. **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 271.942,20 (duzentos e setenta e um mil novecentos e quarenta e dois reais e vinte centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 29/10/2018. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.568/2018 (IL nº 005/2018 - DE -). **\*Omitido no D.O. de 26/11/2018.**

Id: 2155532

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 088/2015 (DF). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a V.W. REFRIGERAÇÃO E REFORMAS LTDA - ME. **OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual. **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais). **DATA DA ASSINATURA:** 06/12/2018. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.113/2014 (Pregão Eletrônico nº 046/2015 - ASL-DP). **\*Omitido no D.O. de 07/12/2018.**

Id: 2156868

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** TP nº 106/2018-ASL-1.1. **OBJETO:** SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DO CANAL DE IMUNANA.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), a ER-RATA Nº 01 ao Edital e que a licitação em referência que se encontra adiada sine die, será realizada no dia 25/01/2019, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2156610

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 369/2018 - ASL-DP. **OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLUTA".

Comunicamos aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua data de realização adiada para o dia 22/01/2019, ficando os horários para Credenciamento, Recebimento das Propostas e Sessão de Lances assim estabelecidos: **PRazo PARA CREDENCIAMENTO:** Até às 08:00 horas do dia 22/01/2019 no horário de Brasília. **PRazo PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 09:00 horas do dia 22/01/2019 no horário de Brasília. **DATA E HORA PARA OFERTAMENTO DE LANCES:** De 11:00 às 12:00 horas do dia 22/01/2019, no horário de Brasília, a critério do período aleatório. **As empresas que anexaram propostas anteriormente, favor anexar novamente com data atual.**

Id: 2156765

**Secretaria de Estado de Polícia Militar****POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preço nº 016-12/2018

**OBJETO:** Aquisição de Material Médico Hospitalar - Fios Cirúrgicos.

**PARTES:** SESEG/PMERJ e a Empresa MOGAMI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 50.247.071/0001-61

**PRazo:** 12 (doze) meses, a partir desta publicação.

**VALOR TOTAL:** R\$ 144.889,68 (cento e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 27/12/2018

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-09/106/0039/2018 (Pregão Eletrônico nº 068/2018).

Item	Descrição	ID SIGA	Quantidade	Preço Unitário Registrado R\$	Preço Global Registrado (Estimado) R\$
1	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 1, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 40MM MARCA: QUALTRUS	75917	PMERJ 3376 UERJ 3312	4,02	26.885,76
3	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: ACIDO POLIGLICOLICO, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 75 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 2,6 CM MARCA: QUALTRUS	76518	PMERJ 2518	4,11	10.348,98
13	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 40MM MARCA: QUALTRUS	75899	PMERJ 3870 UERJ 2988	4,19	28.735,02
14	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 2-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 25 MM MARCA: QUALTRUS	75893	PMERJ 1512 UERJ 1872	4,62	15.634,08
15	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 2-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 40 MM MARCA: QUALTRUS	75895	PMERJ 2088 UERJ 2400	3,50	15.708,00
16	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 20 MM MARCA: QUALTRUS	75894	PMERJ 1392	4,22	5.874,24
17	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 35 MM MARCA: QUALTRUS	75889	PMERJ 1392 UERJ 2940	4,19	16.894,08
18	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 4-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 25 MM MARCA: QUALTRUS	76491	PMERJ 1080 UERJ 936	3,87	7.801,92
20	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLECAPRONE, CONSTRUÇÃO: INCOLOR, NUMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 2,5 CM MARCA: ETHICON	119030	PMERJ 144 UERJ 1872	4,47	9.011,52